

Lucas Rodrigues Oliveira | org.

**EDUCAÇÃO
DILEMAS
CONTEMPORÂNEOS**
volume VII



Pantanal Editora

2021

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

EDUCAÇÃO
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS
VOLUME VII



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2021 Os Autores
Copyright da Edição© 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela – IFPR
- Prof. Dr. Leandris Argente-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume VII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 126p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-67-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319673 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Em todos os níveis e modalidades, a educação carrega uma função essencial para a sociedade: contribuir com a formação dos indivíduos que se envolvem nesse processo. Por isso, pela heterogeneidade que envolve o sistema educacional no mundo contemporâneo, muitos são os dilemas que precisam ser expostos.

Nessa sétima edição da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, como não poderia deixar de ser, continuamos com os debates e reflexões sobre a educação brasileira, observando as vivências no contexto educacional, seus agentes e toda a complexidade que envolve esse contexto educacional.

Os autores dos capítulos que compõem essa obra são indivíduos que participam no processo educacional; assim, esperamos contribuir, nos textos que serão apresentados a seguir, com o desenvolvimento da educação brasileira – que precisa ser mais justa, igualitária, acolhedora, democrática.

Em todo o contexto histórico que envolve a educação brasileira, observamos que a escola pode contribuir com o aperfeiçoamento e maturidade da democracia no Brasil. No entanto, por mais que avanços já sejam nítidos, há muito ainda a ser debatido e melhorado na educação brasileira, por isso, a presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação no cenário nacional.

Lucas Rodrigues Oliveira

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Sobre a universidade na sociedade de classe num mundo em declínio	6
Capítulo II	21
Atuação de bolsistas de Secretariado Executivo como parte da formação acadêmica na Universidade Federal de Roraima	21
Capítulo III.....	39
Greve docente na universidade: percepções discentes	39
Capítulo IV	50
Transtornos do aprendizado: a exclusão das políticas públicas	50
Capítulo V.....	62
Educação inclusiva/salas de recursos multifuncionais em Altamira: instrumento de imparcialidade e respeito à igualdade de direitos	62
Capítulo VI	72
Cultura Amazônica através das danças juninas nas escolas São Francisco das Chagas e Cristo Rei/Assurini-PA	72
Capítulo VII.....	80
O Professor Reflexivo e sua Prática Docente em Tempo de Pandemia: um olhar sobre duas realidades de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental	80
Capítulo VIII	92
A formação inicial docente na perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos de licenciatura de Valença/BA	92
Capítulo IX	107
A transsexualidade rompendo fronteiras: mitos e tabus no ensino superior	107
Índice Remissivo.....	125
Sobre o organizador.....	126

Transtornos do aprendizado: a exclusão das políticas públicas

Recebido em: 27/04/2021

Aceito em: 28/04/2021

 10.46420/9786588319673cap4

Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan^{1*} 

Paula Canalonga Calçada Pereira² 

Sílvia Maria de Oliveira Pavão³ 

INTRODUÇÃO

A escola é o espaço marcado por ser o local onde são realizadas as primeiras aprendizagens depois da família e também é um dos ambientes mais propícios para as manifestações das dificuldades ou de transtornos de aprendizagem. O surgimento da dificuldade nos processos de aprendizagem algumas vezes surge de forma tímida, em outros momentos, aparece como um turbilhão de sintomas que desacomoda não somente aos alunos, como também, pais e professores.

Segundo Lopes (2013), a institucionalização da educação nas escolas foi uma das invenções da Modernidade que tem contribuído para que a população seja educada, desde os primeiros anos de vida, e para que políticas de Estado se estabeleçam como princípios de organização da vida em sociedade. Mais tarde, balizada pelo princípio da educação para todos.

Conforme Bourdieu et al. (1975) e Coimbra (1989), o cenário escolar no início de sua criação foi para a elite. Portanto, o aparecimento desta instituição, está implicada às questões associadas para o desenvolvimento do capitalismo. Contextualizando a partir de 1750 com a Revolução Industrial, compreende-se o porquê da necessidade burguesa em ter um número maior de pessoas que soubessem pelo menos ler, escrever e contar.

A resposta está na necessidade em atender a industrialização, que estava no auge de suas nascentes indústrias e estas precisavam do fornecimento de mão-de-obra para o manejo das máquinas. Por outro

¹ Mestra em Educação (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM). Especialista em Gestão Educacional. (UFSM), Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde (UFSM). Licenciada pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (UFSM). Bacharel em Psicologia (Centro Universitário Franciscano). Psicóloga Clínica – Rua Pinheiro Machado, 2380 sala 211 Bloco B - (Central de Clínicas) Santa Maria –RS.

² Especialista em Neuropsicologia com Ênfase em Neuropsicologia Escolar na PUC-RS, Especialização em Psicomotricidade clínica e Relacional pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Universidade Franciscana (UFN). Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, pela Universidade Anhembi Morumbi, cidade de São Paulo e Graduada em Pedagogia, pela Universidade Anhembi Morumbi, cidade de São Paulo. Psicopedagoga - Rua Pinheiro Machado, 2380 sala 412 Bloco B- (Central de Clínicas) Santa Maria –RS.

³ Pós-Doutorado - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Departamento de Fundamentos da Educação. Santa Maria/Rio Grande do Sul/Brasil.

*Autora de correspondência: conectevidapsi@gmail.com

lado, a burguesia também percebia a necessidade de "socializar" e "educar" a massa trabalhadora existente nos grandes centros urbanos, para formá-los como "bons" cidadãos e trabalhadores disciplinados.

Sob esta perspectiva, vemos a Escola surgindo com claras funções: inculcar os valores, hábitos e normas de uma classe que domina, ou seja, que quer impor a ideologia burguesa e, com isso, mostrar a cada um; o lugar que deve ocupar na sociedade, segundo sua origem de classe.

Nesse cenário de burguesia e operários, ainda existia uma classe que também não era assistida, a da pessoa com deficiência. De acordo com registros históricos compreendidos entre os anos de 1200 até 1940, estas pessoas eram submetidas a diversos procedimentos, que em muitos casos levavam à morte.

Registros compreendidos dos anos de 1200 a 1940, mostram comportamentos influenciados por fatores culturais, sociais dentre outros. Pessoas com deficiência eram submetidas a diversos procedimentos que em muitos casos levavam à morte como pode ser observado na Tabela 1 adaptada Adams (2007) *apud* Lopes (2013).

Tabela 1. Descrição dos métodos adotados para tratar portadores de deficiência nos períodos entre 1200 e 1940. Fonte: Lopes (2013).

Período	Perspectiva social	Tratamento
1200-1700	Possuído pelo demônio	Tortura, queimado vivo.
1800-1920	Defeito genético; Inferior	Aberração.
1930-1940	Defeito genético	Esterilizado, exterminado.

Anos passaram, muitos fatos históricos ocorreram em relação a pessoa com deficiência, de tal modo que, o desejo de individuação e diferenciação não se define por um simples “ideal do eu”. Mais que isso, pressupõe condições sociais para que o reconhecimento do outro, ultrapasse a simples relação interpessoal.

Não obstante, as escolas até recentemente não eram pensadas para as pessoas com deficiência e estes espaços escolares não dispunham de motivadores e nem apanhados pedagógicos; as crianças não se expressavam e suas participações eram menos ativas e limitantes. A compreensão da sociedade quando se propunha para que pensassem nas diferenças e singularidades eram restritivos.

A inflexibilidade estruturada pelo pensamento, assim como as imposições e regras estabeleceu-se um padrão onde qualquer sujeito ou situação que não estivesse em acordo com aquela conformidade, era considerado “anormal”.

Segundo Bergeret (1998) “normalidade refere-se a uma porcentagem majoritária de comportamentos ou pontos de vista, daqueles que ficam na minoria”. Por outro lado, a normalidade torna-se uma função de um ideal coletivo. Desta forma, subtende-se que a normalidade é mais comumente encarada em relação aos outros, o ideal ou à regra.

Os aspectos de normalidade e anormalidade refletia muito na pessoa com deficiência, ela era a que mais sofria exclusão, fosse pela sociedade ou os próprios familiares pela não aceitação ou idealização construída em relação a criança. Tal fato, é visto por Bergeret (1998) como: “crianças que se esbarram na ambiguidade de dois modelos culturais, muito diferentes propostos na realidade”.

Observa-se o contexto das diferenças por dois aspectos de aprendizagem, principalmente quando a referência passa pelo crivo das extremidades, ou seja, ou o aluno apresenta um rendimento abaixo do esperado com um coeficiente baixo, ou ao contrário, está acima da média, o que também às vezes torna-se um problema que precisa de gerência. O aluno que atinge o limite da média ou próxima a ela, pouco são motivos de preocupações, pois os seus casos, não abalam por estarem entre as duas extremidades, não gera desconforto de desconformidade.

Observa-se nas escolas, a existência de uma naturalidade em querer homogeneizar o grupo, esquecendo a subjetivação e heterogeneidade existente no contexto. Esse tipo de comportamento aponta para a falta de perspicácia de alguns docentes, muitas vezes comprometendo a personalização para um acolhimento mais individualizado, mesmo que inserido no grupo escolar, respeitando as singularidades e especificidades de cada aluno. A padronização e a falta de atenção do docente implicam muitas vezes na experiência propriamente dito ou, em não saber lidar com o problema do aluno.

A percepção dessa problematização em sala de aula, a partir da realidade advinda dos escolares e o prejuízo que isto pode acarretar, ganha espaço a partir de reflexões dos docentes e se concretiza, engessando suas práticas diante da ausência da capacitação e fragilidade das Políticas Públicas.

A concretização materializada dos problemas que foram levantados, tornam-se um recurso para que se pense na prática em sala de aula quando esse material possibilita o alcance e apropriação de muitos leitores de várias áreas profissionais, acadêmicos (as) e leigos (as). A pertinência das observações dos docentes com suas práticas transforma-se escritas de artigos, que reunidos das diferentes experiências, tornam-se o livro, organizado pelas autoras, Pavão et al. (2017) “Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

Nesse livro, os artigos narram as perspectivas e experiências dos professores e esses expressam a necessidade de capacitações e momentos de acolhimento por se sentirem despreparadas para acompanhar aos seus alunos e que estes pontos de apoio, possam lhes fortalecer para o desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades, para atender e compreender as necessidades de seus alunos em sala de aula.

Mediante a existência real do presente cenário, levanta-se a hipótese de que a prática em sala de aula, não tem contemplado de forma eficaz aos atendimentos das necessidades e demandas que vem se configurando nas salas de aulas atualmente. Isto posto, emerge a partir da realidade vivida das diferentes experiências dos docentes participantes com suas histórias, a realização do livro, e nele sobretudo,

destacando a atenção para um novo paradigma curricular de uma educação democrática, inclusiva e responsável e melhor planejada, que os ajudem a entender, compreender e pensar: Quem são esses alunos?

Ao perquirir de quem é este público alvo, indaga-se também sobre as oportunidades educacionais e que estas devem ser preditivas para a vida do aluno. De tal forma, que se possa promover adequação para a construção da autonomia e futuramente o lugar deste aluno no mercado de trabalho.

A “Paideia” como fio condutor para a resolução dos problemas é uma opção. Assim, há de se refletir, qual o lugar desses alunos que não são públicos da Educação Especial, mas que estão cada vez mais presentes nas escolas? De que forma poderia se pensar para o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades de modo significativo?

Ressalta-se aqui a importância de novamente perguntar: quem são estes alunos dos casos excluídos da Política e porque são? Em resposta, a partir da alteração na Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) temos as dificuldades de aprendizagens que não são mais contempladas pela Educação Especial. Desta forma, este grupo encontra-se sem acolhimento pedagógico, psicopedagógico e psicológico, dentro dos espaços escolares.

A Psicopedagogia ajuda a perceber a importância dessa relação direta; a Pedagogia indexa ao professor esse “possível” ofício, o qual somente por meio da prática docente essa ação do ensinar pode ser compreendida. A aprendizagem sob os olhos da Psicopedagogia possui um viés relevante, pois percebe o fazer do outro e ocupa-se em transitar no espaço entre: aprendente e ensinante; proporciona conhecer o outro, conhecer-se, trazer consigo suas experiências e valorizar as experiências e possibilidades do outro, sendo assim, o movimento do aprender é um processo em construção contínua; de entrega e confiança mútua entre quem aprende e quem ensina. Falar do sujeito aprendente evoca-se a necessidade de trazer as palavras de Fernández (1991), em que o conceito se constrói a partir do ato relacional com o conceito de sujeito ensinante.

Para Antunes (2001) a atuação do psicólogo na Educação vem contribuindo como prática social, humanizadora e tem por finalidade conduzir o sujeito, levando-o a entender seu pertencimento, mundo histórico-social e a incorporação desse mundo em si mesmo. Segundo Patto (1984) mudanças condizentes a prática do psicólogo e suas intervenções nos processos investigativos na Educação, ganham nova visibilidade, pois a Psicologia rompe o modelo clínico-diagnóstico com a função de somente medir habilidades e classificar crianças quanto a capacidade de aprender e de progredir pelos vários graus escolares, com a possibilidade de atuar em diferentes nichos.

A psicologia também ampliou o modo de se conceber diferentes olhares para os sujeitos, sendo também reconhecida a importância da avaliação psicodiagnóstico com suas mudanças em relação aos testes: sua fidedignidade validação e seu uso. Testes concebidos sob a influência de conceitos e instrumentos aplicados na Física, Química e Astronomia (Werlang et al., 2010).

A partir dessa nova captação pelos psicólogos de que existem outras possibilidades para além dos modelos conhecidos, surge o interesse em desenvolver outros instrumentos, que propiciem uma visão dinâmica das individualidades que integrem aos aspectos qualitativos do universo subjetivo dos sujeitos.

O Psicólogo nos processos de aprendizagem auxilia outros profissionais ao dar o enfoque na investigação do comportamento do aluno, com a prática de observação a partir da demanda especificada e com intervenções concomitantes as práticas pedagógicas. Além de analisar e observar, contribui com os resultados dos processos psicológicos e as influências do psiquismo humano na aprendizagem.

No ambiente educacional, conforme Paini (2000) o psicólogo ajuda na otimização das relações professores-alunos, pais-gestão e as demais pessoas que interagem nesse contexto. Permite-se ainda, que os educandos tenham nova percepção de suas condições reais com nova visibilidade de construção de futuro, uma prática pedagógica transformadora e inclusiva com reflexão que promova estabelecer o entendimento das ocorrências do dia a dia.

A ausência deste apoio, recaí sobre o docente que acaba por se sentir responsável pela tarefa de desempenhar os mais diferentes papéis, quando se deparam frente a alguns problemas em suas salas de aula ou ainda fica centrado no aluno, trazendo o aluno como agente disparador das dificuldades encontradas no percurso pedagógico.

Importante ressaltar, que há metodologias ineficientes, que não funcionam igualmente para todos. E diante de um grupo diversificado, faz-se necessário compreender o lugar que esse aluno ocupa em diferentes esferas, inclusive biopsicossocial e não somente se ele consegue ou não aprender do jeito que o professor ensina, se tem ou não dificuldades e/ou transtornos do aprendizado.

Estratégias eficazes, avaliações adequadas e docentes preparados são importantes na (re) composição do cenário educacional ideal. A escola tem o compromisso social neste processo de prevenção, atuação e adaptação de recursos para incentivar a aprendizagem significativa e se manter como responsável na ação do ensinar visando o conhecimento, onde o professor é o canal direto e importante para que esta relação possa acontecer. Conforme Santos et al. (2011):

O processo de ensino aprendizagem é influenciado pela interação professor-estudante e ela é possível na medida em que o professor investe na aprendizagem do estudante buscando meios de conquistá-lo para o desafiante processo de se abrir para o novo, de ressignificar as marcas de emissão, da passividade e da memorização de construir conhecimentos e atitudes de forma ativa e autônoma.

Há tempos, a ação da aprendizagem se destacava como preocupações apenas da escola, atualmente a aprendizagem perpassa os muros das escolas, e tornou-se uma preocupação de mercado, onde todos devem ter oportunidades para aprender, apesar dos desafios ser maior para uns do que para outros.

Machado (2009) corrobora ao expor que: “o movimento que envolve a inclusão é mundial, onde os direitos das crianças e jovens são defendidos e garantidos, de forma que a exclusão, violência e exclusão são veementemente condenadas”. Mesmo assim, ainda se encontra barreiras e desafios para abarcar as

necessidades educacionais especiais e as singularidades de cada discente. Há que fazer uma ressignificação na estrutura educacional e na forma como de fato a inclusão acontece ou deveria acontecer.

A Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (BRASIL, 1994) proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que “o princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados”.

O desenho das diferentes realidades pelo olhar de Portilho et al. (2007) colabora para o entendimento da linha de Ação sobre necessidades Especiais Educativas, de que o aprendiz se transforma em sujeito cognoscente na medida em que se constrói a realidade balizado por suas emoções e afetos, ao se considerar as condições de cada sujeito como dispositivo amplificador dos seus próprios desenvolvimentos.

Estudos sobre a aprendizagem vem sendo discutido ao longo dos anos (Hilgard, 1973; Piaget, 1999; Lefrançois, 2008), que trazem em suas teorias contribuições acerca do aprender. Sobretudo, de que a aprendizagem opera por aspectos fundamentados pelas diferenças e desigualdades dos sujeitos a partir de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, dentre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar, que de alguma forma reverbera em seu aprender.

O reconhecimento da existência de obstáculos nos sistemas de ensino comprova a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade atual e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, a fim de minimizar o sofrimento e discriminação daqueles que sofrem e deixam de experienciar oportunidades de aprendizagem.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes e suas peculiaridades possam ser atendidos. Conforme (Mittler, 2003) “a inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula”. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social (Assunção et al. 2019), o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Destarte, a viabilização do funcionamento com o grupo, com vistas a oportunizar estratégias e programas de atendimento, o que poderá favorecer as descobertas das potencialidades, contribuindo nas

formas autônomas de pensamento, resultando em uma aprendizagem prazerosa para o sujeito aprendente rompendo quaisquer barreiras que distancie o sujeito dessa experiência.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir de Souza et al. (2010) entende-se por revisão integrativa o estudo realizado por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelos autores. Este tipo de metodologia proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. A revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo à inclusão de estudos experimentais e não experimentais. Assim, alguns aspectos são essenciais para a realização dessa pesquisa: O tema a ser investigado; objetivo do estudo, como alcançar a esse objetivo ou responder à pergunta norteadora e a relevância do tema proposto.

Dessa forma, nessa seção será descrito os procedimentos metodológicos para a construção dos resultados e discussão, assim como aproveitar esses elementos como subsídios para as considerações finais. Destarte, primeiro foi realizada a leitura minuciosa dos dez artigos que compuseram o livro, posteriormente foi desenvolvido um quadro do qual apresenta uma síntese da ideia central dos capítulos das autoras. A análise dos dados, ocorreu de forma descritiva a partir do próprio quadro, posto que os resultados apontaram para eixos importantes e abrangentes que convergiram para a mesma direção ao que se refere, “Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro apresentado é composto com os seguintes dados: autor (a), título, objetivo e desafio (s) a partir da prática de cada docente da obra ultra citada. É importante ressaltar que os resultados apresentados juntos compilam ideias, sentimentos e perspectivas para o futuro em relação ao tema: Quem são os casos excluídos da Política Nacional da Educação Especial, quais suas necessidades e os desafios encontrados para atender às demandas?

Esse quadro possibilitou enxergar diferentes desafios a partir das experiências, docentes sejam elas, na Educação Superior ou na Educação Básica, e em comum de suas práticas, as fragilidades.

Os apontamentos dos docentes convergem para as fragilidades e vulnerabilidades que direcionam para a legislação, falta de especialistas, garantir a qualidade do ensino para que não haja evasão escolar e que garanta a aprendizagem significativa. As contribuições dos escritos das docentes versam para muitas análises, como para os aspectos da participação e conhecimento da família e dos profissionais sobre o conhecimento científico e diagnóstico dos escolares, fator importante e como desafio para a desenvoltura de uma prática com qualidade.

Quadro 1. Artigos que compõem o livro: “Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2017). Fonte: As autoras.

Autor (a)	Título	Objetivo	Desafio
Bárbara Gai Zanini Panta	Problemas de Aprendizagem na Educação Especial e no AEE: uma análise sobre as Políticas Públicas e formação de Educadores Especiais	Entender como a escola deve assegurar o atendimento aos alunos e se existem profissionais preparados para dar tal apoio aos mesmos.	Trabalhar com profissionais sem a formação específica, ou a mesma ideologia a respeito do seu papel como Educador Especial. Oportunizar que alunos matriculados nas escolas, tenham chances e condições para aprender significativamente.
Ana Paula de Oliveira; Fabiane dos Santos Ramos e Roberta Früb	Um olhar sobre os alunos que a Política Nacional de Educação Inclusiva e a Legislação vigente não nos permitem ver	Refletir e tencionar uma educação que se anuncia para todos.	Dificuldade de mediação para poder auxiliar alunos com dificuldades e que usam o serviço do AEE e o restante da turma, Grande quantidade de alunos em uma mesma turma.
Carmem Segatto e Souza; Zanandrea Guerch da Silva	O processo de inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem: um cenário de desafios e possibilidades	Refletir sobre o espaço oferecido aos alunos com dificuldades de aprendizagem na rede regular de ensino.	Superar a organicidade escolar brasileira; melhorar as condições da educação com mais qualidade, onde se incluam os alunos com dificuldades de aprendizagem e os alunos com necessidades especiais. Romper as barreiras e os rótulos já defasados pela sociedade.
Clariane do Nascimento de Freitas	Estratégias para a superação das dificuldades na área da matemática	Contribuir para o desenvolvimento de uma educação com qualidade e apontar estratégias que auxiliem na superação das dificuldades, que os alunos possam apresentar, sejam eles público alvo da educação especial ou não.	Enfrentamento dos docentes ao que tange as dificuldades de aprendizagem na área de matemática. Utilizar de estratégias que possam potencializar os exercícios na prática através de seu conhecimento.
Cristiane Missio	Dificuldades de aprendizagem: Reflexões sobre a prática da Educação Especial	Fomentar a discussão sobre a temática a partir de relato de experiência.	Parceria entre a educação especial e o ensino regular para além das deficiências e altas habilidades. Aprendizagem efetiva, que garanta a permanência dos alunos na escola, pois as dificuldades na aprendizagem têm como consequência a evasão escolar.
Jéssica Colpo Bortolazzo e Sílvia Maria de Oliveira Pavão	Disortografia: um enfoque psicopedagógico	Contextualizar a psicopedagogia, as dificuldades de aprendizagem e em especial a disortografia, por meio de teóricos que discutam essas questões.	Desmistificar os pré-conceitos relacionados a disortografia na aprendizagem.

<p>Riviéle Alciane Fuchs</p>	<p>Intervenção Psicopedagógica: A relação entre a motivação do aluno e as dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Objetivo geral: Investigar os problemas envolvidos na aprendizagem e importância da intervenção Psicopedagógica na motivação de alunos.</p> <p>Objetivos específicos: Rever os conceitos de aprendizagem, dificuldade de aprendizagem, e transtorno na aprendizagem. Discutir a importância e o impacto de um diagnóstico em Psicopedagogia, realizar uma breve reflexão acerca da influência da Neurociência na aprendizagem e analisar as possibilidades de intervenção do Psicopedagogo com alunos desmotivados que apresentam a queixas de dificuldade de aprendizagem.</p>	<p>Criar condições para que a relação Sujeito - mundo seja construída, proporcionando ao aprendente experiências que o ajude a se aproximar do meio em que está inserido e transformar seus erros em possibilidades.</p>
<p>Tatiane Negrini e Joséli Pasetto Bittencourt</p>	<p>Alunos com deficiência no ensino médio: discutindo as práticas inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado</p>	<p>Compreender qual sentido está se dando às práticas e propostas pedagógicas para os alunos e a compreensão da organização/ planejamento do AEE.</p>	<p>Construir um caminho com várias possibilidades educacionais para os alunos em processo de inclusão, que mais profissionais se tornem ativos nesse processo e romper as barreiras que dificultam essas práticas.</p>
<p>Ana Amália Oliveira Roveda e Darléia Machado Ziegler Kanofre</p>	<p>Os problemas de aprendizagem e a política nacional da educação especial: uma reflexão acerca da escolarização</p>	<p>Repensar o movimento da Educação Inclusiva.</p>	<p>Programas e legislações que contemplem a escolarização de alunos com transtornos funcionais específicos e TDAH.</p>
<p>Carmem Segatto e Souza; Maria Alice Coelho Ribas; Sílvia Maria de Oliveira Pavão e Ana Cláudia Oliveira Pavão</p>	<p>Práticas discursivas para a inclusão escolar do transtorno de déficit de atenção e Hiperatividade-TDAH</p>	<p>Objetivo geral: compreender como são produzidos os discursos sobre a pessoa com TDAH no ambiente escolar e familiar; considerando as novas pautas educacionais de inclusão escolar.</p> <p>Objetivos específicos: Descrever as principais características da sintomatologia, incidência e intervenção clínica; analisar</p>	<p>O conhecimento científico do TDAH por professores e familiares assim como suas participações ativas no processo de diagnóstico, processos de inclusão e dos próprios sujeitos com TDAH.</p>

		as contribuições da família da pessoa com TDAH e os reflexos na escola dessas orientações, relacionar a educação geral com a educação Inclusiva potencializando a ação educacional face ao TDAH no âmbito escolar.	
--	--	--	--

Cada objetivo e desafio apresentado na obra contribuiu para a ampliação da percepção do muito que se precisa fazer no contexto educacional.

As dificuldades apontadas por esses docentes não diminuem a atuação desses profissionais, pelo contrário, registra a resiliência diária para os enfrentamentos que se ocupam em pensar de como realizar suas práticas com a falta; a necessidade de criatividade e pensamento crítico-reflexivo.

Dessa forma, com a possibilidade de compilar essas ideias que reunidas materializou-se “Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2017) possa esse artigo servir também como material de reflexão para escritas posteriores, ao se pensar: o que foi modificado, que resultados positivos se deram a partir dessas insatisfações e como se encontra em 2021 e em anos posteriores a prática desses profissionais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro “Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” sugere uma reflexão sobre se pensar na formação docente, de forma a acolher suas demandas frente as especificidades dos discentes e sobre a urgência em melhorar a oferta para capacitação, a fim de ressignificar sua atuação diante o grupo escolar e suas heterogeneidades.

As informações absorvidas a partir da leitura apontam para uma visão crítica à formação e seus desdobramentos onde constata-se que o quadro atual de professores em sua maior representatividade, não se encontra com uma formação adequada para atender as diferentes demandas no contexto escolar.

As vivências compartilhadas em sala de aula pelos docentes, apontam para a precariedade tanto nas condições estruturais, como fragilidades e lacunas das práticas pedagógicas, o que se considera de suma importância para as condições mínimas para uma inclusão.

Desta forma, fica evidente a ausência para uma compreensão que possibilite a busca do entendimento do processo de inclusão e pensar para aspectos que estão para além da deficiência física ou mental, mas de outras abrangências que perpassam essas questões, como por exemplo, a aprendizagem.

Assim, ressalta-se a importância de que o professor não seja um conhecedor somente de sua área, mas sobretudo, possa ser um interessado no desenvolvimento humano e suas diversidades. Talvez esta

possibilidade seja o caminho para a afeição, aceitação e empatia em relação ao sujeito e evolução na constituição humana e de crescimento na formação profissional.

Assim, acrescentar a psicopedagogia e a psicologia como ferramentas multidisciplinares, não só ajudará os escolares, sobre tudo, servirá de aporte e base segura para os professores e educadores especiais que poderão vivenciar uma nova rede de apoio e trocas, com vistas a favorecer o percurso pedagógico.

Desta forma, entende-se que para incluir e potencializar a atuação do docente, com vista a minimizar os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva faz-se necessário uma compreensão da real necessidade dos educandos nas escolas regulares, uma reformulação das Políticas Públicas para instrumentalizar o professor e melhorar suas competências e habilidades a fim de promover uma aprendizagem significativa para todos os alunos, mediante os casos expositivos na obra, a partir de relatos referente aos casos excluídos da Política Nacional da Educação Especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes C (2001). Inteligências Múltiplas. São Paulo: Salesiana. 86p.
- Assunção MVD de et al. (2019). O background familiar e sua influência no acesso ao Ensino Técnico Profissional. *Revista de Administração Pública*, 53(3): 542-559. 18p.
- Bergeret J (1998). A personalidade normal e patológica. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed. 496p.
- Bourdieu P et al. (1975). A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A. 275p.
- BRASIL (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO. 17p.
- BRASIL (2008). Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual2.pdf>. > Acesso em: 20/07/2017.
- Coimbra CMB (1989). As funções da instituição escolar: análise e reflexões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(3): 14-16.
- Fernández A (1991). A Inteligência Aprisionada. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 264p.
- Hilgard ER (1973). Teorias da Aprendizagem. SÃO Paulo, Editora: EPU. 692p.
- Lefrançois GR (2008). Teorias da Aprendizagem. São Paulo, Editora: Cengage Learning. 504p.
- Lopes GCL (2013). O preconceito contra o deficiente físico ao longo da história. *EFDeportes.com. Revista Digital*, 17 (176): 1-8.
- Machado R (2009). Educação Especial na escola inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas. Editora Cortez, São Paulo. 152p.

- Mittler P (2003). Educação inclusiva: contextos sociais. Trad. Windyz B. Ferreira. Porto Alegre: Artmed. 264p.
- Paini LD (2000). O papel da psicologia da Educação na formação do educador: ótica dos professores de licenciatura de uma instituição pública de ensino superior. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 160p.
- Patto MHS (1984). Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar. Editora: T. A Queiroz, São Paulo: SP. 431p.
- Pavão SM et al. (2017). Os Casos Excluídos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Santa Maria: UFSM. 190p.
- Piaget J (1999). Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 136p.
- Santos CP et al. (2011). Aprendizagem e relação professor-aluno na universidade: duas faces da mesma moeda. Estudos em avaliação educacional, 22(49): 353-370.
- Souza MT de et al. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), 8(1): 102-106.
- Werlang BSG et al. (2010). Avaliação Psicológica, testes e possibilidades de uso. In: Conselho Federal de Psicologia. Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP. 196p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ambiente escolar, 58, 63, 66, 67, 68, 70, 85, 108, 122

B

bolsista, 26, 28, 29, 30, 33, 34

C

cultura popular, 72

E

educação

especial, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 68, 69, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106
inclusiva, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 123

ensino-aprendizagem, 40, 80

estágio, 22, 37, 70

exclusão, 50, 52, 54, 55, 65, 93, 95, 118, 120, 121, 123, 124

F

ferramentas tecnológicas, 83, 84, 88, 89, 90

formação

continuada, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 106

inicial, 42, 65, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106

profissional, 35, 60

G

gênero, 55, 99, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

H

habilidades, 14, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 53, 57, 60, 88, 89, 103

história da educação, 81, 82

M

movimento grevista, 39, 43, 45, 46, 48

P

políticas

docentes, 49

públicas, 52, 57, 60, 113, 119

prática docente, 53, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 105

preconceito, 60, 65, 93, 107, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123

projeto pedagógico do curso, 25, 26, 33

psicologia, 53, 60, 61

psicopedagogia, 57, 60

R

recursos

informatizados, 62, 68

multimídia, 66, 69

S

secretariado executivo, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38

sexualidade, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 124

T

tempo de pandemia, 81, 83, 86, 89, 90, 91

trabalho docente, 43, 44, 45, 46, 47, 49

transfobia, 107, 109, 113, 114, 118, 120, 122, 123, 124

transgeneridade, 124

transtornos do aprendizado, 54

U

universidade, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 42, 50, 61, 70, 79, 80, 86, 92, 93, 107, 123

SOBRE O ORGANIZADOR

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



ISBN 978-658831967-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br